

JORNAL DE



Ramos

- 1 HOMENAGEM A ROBERTO MACHADO
Marco Antonio Sousa Alves 3
- 2 A FILOSOFIA DIANTE DA POLÍTICA
Luiz Paulo Rouanet 8
- 3 NA ENCRUZILHADA DA CIVILIZAÇÃO
Jelson Oliveira 12
- 4 A “LUZ NATURAL DA RAZÃO” E SUAS SOMBRAS
José Costa Júnior 18
- 5 UNIVERSALISMO
Paula Gabriela Mendes Lima 22
- 6 ADVERSÁRIO OU SEGUIDOR
Natalia Maruyama 25
- 7 INDIGESTA E SABOROSA HISTÓRIA DO BRASIL
Joana Brito de Lima Silva 29
- 8 MIL FACES DE UM HOMEM LEAL
Ludmila Tavares 31
- 9 CAMINHOS TORTUOSOS
Ricardo José de Almeida 33

NOTA DO EDITOR

A partir da edição de n. 119, o *Jornal de Resenhas* passou a ser editado somente na versão digital, por intermédio de uma parceria da Discurso Editorial com a editora República do Livro.

As resenhas publicadas são enviadas pelos autores, submetidas à análise e aceitas pelo Conselho Editorial.

O conteúdo das resenhas é de responsabilidade única dos seus autores.

As matérias publicadas aqui também se encontram em www.jornalderesenas.com.br.

CONSELHO EDITORIAL

André Vitor Singer (USP)

Ildeu de Castro Moreira (UFRR)

Fernando Antonio Pinheiro Filho (USP)

José Castilho Marques Neto (UNESP)

Laura de Mello e Souza (USP)

Luiz Fernando Franklin de Mattos (USP)

Milton Meira do Nascimento (USP)

Ricardo Musse (USP)

Samuel Titan Jr. (USP)

Sérgio Miceli (USP)

Wander Melo Miranda (UFMG)

Editor responsável:

Milton Meira do Nascimento

Contato: editorial@jornalderesenas.com.br

Direção de arte e diagramação

Marcelo Girard

Caligrafia do logotipo

Amilcar de Castro

Projeto gráfico original

Eliane Stephan

Desenvolvimento original

Fernando Caro



discurso editorial

Discurso Editorial

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315

Cidade Universitária, Butantã

CEP 05508-010, São Paulo-SP

Telefone: (11) 3091-0079

e-mail: editorial@jornalderesenas.com.br

ISSN 1984-6282 – Dezembro de 2021

MARCO ANTONIO SOUSA ALVES

Homenagem a Roberto Machado

Filosofar à sombra de gigantes

IMPRESSÕES DE MICHEL FOUCAULT

Roberto Machado

n-1 edições, 2017, 240 p.

... um professor é antes de tudo um aluno capaz de escolher o tema de seus estudos e se dedicar a ele enquanto lhe interessa. E ainda tem a chance de contar com outras pessoas interessadas em acompanhá-lo e em aprender com seu exemplo.

Roberto Machado, *Impressões de Michel Foucault*, p. 77.

Em breve completará um ano que Roberto Machado nos deixou. A foto acima, na qual apareço ao seu lado, é de 4 de abril de 2018, quando tive a oportunidade de debater, na FAFICH/UFMG, seu último livro, *Impressões de Michel Foucault*, lançado no ano anterior pela editora n-1. Após o evento, em um café em Belo Horizonte, ele disse ter gostado muito de minha leitura e pediu que a publicasse na forma de uma resenha. Prometi que o faria, mas me deixei consumir por outros afazeres e adiei demais esse trabalho. Infelizmente. Esse texto é, em alguma medida, o pagamento dessa promessa, ainda que tardiamente, além de uma singela homenagem. Mais uma, entre as muitas que recebeu, merecidamente.



Fotos: Roberta Veiga

Impressões de Michel Foucault não é propriamente um livro sobre Foucault. Pelo menos não diretamente ou do modo como tradicionalmente abordamos um autor. Não é um comentário de sua obra. Nem uma biografia do indivíduo. São impressões. Embora Foucault atravesse todo o texto, o que está em primeiro plano é a narração de uma experiência pessoal, do Roberto Machado. Trata-se de uma *alterbiografia*: a reconstituição de uma vida pela intermediação do

discurso de outro. A voz de Foucault é interposta para realizar o exercício do registro da própria experiência.

Nesse sentido, o que encontramos no livro de Roberto Machado é único. Sua pretensão não foi produzir uma biografia, como fez Daniel Defert, ao preparar a cronologia dos *Ditos e escritos*¹, ou Didier Eribon em *Michel Foucault: uma biografia*, publicado originalmente em 1989, que “se esforça para restabelecer os fatos históricos em contraposição a lendas sedimentadas”.² Também não se trata de um mero relato de seus encontros com Foucault, como vemos em algumas obras voltadas para as cinco visitas do filósofo francês ao Brasil entre 1965 e 1976 (muitas delas na companhia do próprio Roberto Machado).³

Estamos mais próximos da experiência literária, de relatos de amigos como Hervé Guibert⁴ ou Mathieu Lindon⁵, que apontam, de maneiras diferentes, para Foucault como alguém capaz de produzir mudanças, de gerar um efeito existencial perturbador, mudando o rumo das coisas. Mas Roberto Machado vai além e confere mais profundidade, conciliando o trabalho literário com o filosófico. Estamos, sem dúvida, no domínio da ficção, da literatura, mas sem deixar de estar, ao mesmo tempo, no campo da experiência de pensamento, do gesto filosófico.⁶ Diferentemente dos outros dois escritores, Roberto Machado foi um profundo conhecedor da obra de Foucault, responsável por algumas traduções e por diversos trabalhos acadêmicos importantes sobre ou a partir dele.

O livro está entre reflexão e testemunho, imaginação e memória. A opção por uma escrita menos acadêmica, que narra acontecimentos simples, gestos, cenas cotidianas dos



1 FOUCAULT, Michel. *Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise* (Coleção Ditos & Escritos I). Tradução de Vera Lúcia Avelar Ribeiro. Organização de Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999, p. 1-64.

2 ERIBON, Didier. *Michel Foucault (1926-1984)*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 13.

3 Ver, nesse sentido, *Ensaio sobre Michel Foucault no Brasil: presença, efeitos, ressonâncias*, de Heliana de Barros Conde Rodrigues (Rio de Janeiro: Lamparina, 2016), e *Michel Foucault no Brasil*, organizado por Ana Kiffer, Francisco de Guimaraens, Maurício Rocha e Paulo Fernando Carneiro de Andrade (Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2015).

4 Hervé Guibert foi um escritor, amigo íntimo de Foucault, que lançou em 1990, um ano antes de sua morte, uma obra que tem a forma de um diário com as confissões de um doente terminal de AIDS. Foucault aparece no livro no personagem Muzil, marcado pela inteligência, pela generosidade, pelo companheirismo e pelo desejo de poder viver com mais liberdade sua sexualidade (cf. GUIBERT, Hervé. *Para o amigo que não me salvou a vida*. Tradução de Mariza Campos da Paz. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995).

5 Mathieu Lindon publicou em 2011 um relato pessoal de sua relação com Foucault. Trata-se da amizade de um jovem escritor de pouco mais de 20 anos, filho de Jérôme Lindon (diretor da Editions de Minuit), com o já famoso e cinquentenário filósofo Michel Foucault, com destaque para as experiências ligadas ao uso de LSD. Em seu livro, fica evidente a aura que cercava Foucault e seu apartamento, o encantamento que ele produzia nesses jovens, assim como o bom humor e o zelo pelas amizades (cf. LINDON, Mathieu. *O que amar quer dizer*. Tradução de Marília Garcia. São Paulo: Cosac & Naify, 2014).

6 Roberto Machado dizia ter interesse em desenvolver textos mais literários e, aparentemente, a aposentaria ofereceu a ele um momento mais oportuno para esse tipo de experiência. Anteriormente, ele já havia investigado conceitualmente a relação entre filosofia e literatura a partir de Foucault (cf. MACHADO, Roberto. *Foucault, a filosofia e a literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999). E os últimos trabalhos dele claramente se dirigem para o domínio da estética, explorando a música, a pintura e a literatura (cf. MACHADO, Roberto. *O nascimento do trágico: de Schiller a Nietzsche*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006; MACHADO, Roberto. *Deleuze, a arte e a filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009; soma-se ainda o ensaio inédito intitulado “Proust e as artes”, que deve ser publicado em breve pela editora Todavia).

mais de dez anos de convivência, permite tratar Foucault não apenas como um autor, um filósofo, mas também como uma pessoa com suas manias, com seu jeito de ser, com seu riso e seu humor. Vida e pensamento se misturam.⁷ O debate teórico, sobre o impacto das ideias de Foucault, e o testemunho, o exemplo e os traços da pessoa que foi Foucault, estão sempre relacionados com as transformações vivenciadas pelo narrador. Como revela Roberto Machado: “As ideias de Michel Foucault apontaram um caminho importante para meus estudos. E ainda mais do que por seu pensamento, fiquei fascinado com o seu jeito, sua maneira de ser. Tinha uma simplicidade difícil de encontrar. Exibia a força das pessoas livres. Não lutava por reconhecimento. Não se comportava como mestre” (p. 95).

Talvez a impressão mais forte esteja resumida nesta frase: “Foucault foi um filósofo livre” (p. 52). Roberto Machado revela como desagradava a Foucault a posição institucional que ocupava e como ele invejava a plena liberdade de Nietzsche e sua capacidade de multiplicar gestos filosóficos. Além disso, Foucault revelava uma incrível capacidade de se transformar continuamente. Afinal, “cobra que não perde a pele morre” (p. 43). Segundo Roberto Machado: “Impressionava não só a originalidade de seu pensamento, mas também como Foucault se desapegava facilmente do passado. [...] Essa foi uma das lições aprendidas de imediato com Foucault, que o convívio posterior só fez intensificar” (p. 39-40). Foucault não se deixava fixar, estagnar, assumindo sempre novos desafios e demonstrando um enorme desprendimento, além de uma grande capacidade de rir de si mesmo. Por fim, Foucault também dava exemplo da afirmação de sua liberdade nas lutas de seu tempo, em seu engajamento político e na coragem que demonstrou em diversas ocasiões, inclusive quando esteve no Brasil no período mais duro da ditadura militar.

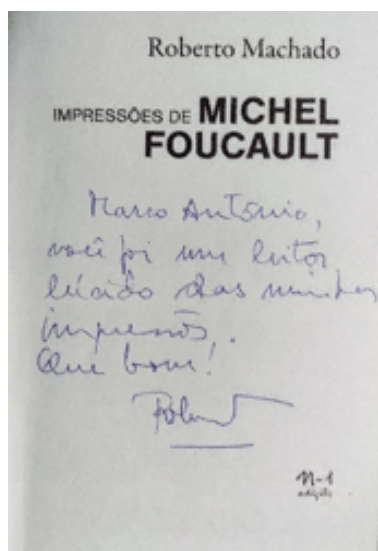
Tudo isso marcou profundamente Roberto Machado, de uma maneira que ele nem sabe ao certo explicar. Em determinado momento, ele confessa que “é difícil saber o motivo pelo qual somos marcados por determinados pensadores em detrimento de outros” (p. 96). De fato, o contato com a filosofia, quando vivida intensamente, é marcado por encontros dessa ordem, por seduções e arrebatamentos, por ideias que mexem conosco e mudam radicalmente nosso modo de ser e de pensar. É desse tipo de impressão que *Impressões de Michel Foucault* está tratando. “Impressão” no duplo sentido do termo: um sentimento ou uma sensação impressa na memória (dando forma a um gênero literário próximo da crônica ou do diário), mas também uma marca, um vestígio ou uma forte influência moral ou intelectual.

Se, por um lado, uma vivência assim é prazerosa e até vertiginosa, não deixa de ser, por

7 Nesse sentido, Ernani Chaves vê no livro um “trabalho de memória” e a “história de uma amizade”, ressaltando sua diferença em relação a um trabalho acadêmico (“uma narrativa objetiva, distanciada, precisa e exata, cuja matéria seria apenas a obra”) e o fato de que “a compreensão do pensamento, da obra [...] também se alimenta das impressões afetivas, tornando-se inseparáveis delas” (CHAVES, Ernani. “Impressões de Michel Foucault”, de Roberto Machado: o trabalho de Memória. *Revista Caliban*, 8 ago. 2017. Disponível em: <https://revistacaliban.net/impress%C3%B5es-de-michel-foucault-de-roberto-machado-o-trabalho-de-mem%C3%B3ria-8e7692d21ed7>).

outro lado, algo intimidador, especialmente quando temos a oportunidade de conviver com quem é responsável por tal transformação. No livro, Roberto Machado confessa, várias vezes, seu receio de estar escondido atrás de um grande nome, sem se mostrar e sem pensar por conta própria. “Terei sido um apóstolo?”, ele pergunta (p. 104). Esse sentimento parece que o assombrava: o medo de não estar à altura, de não ser capaz de nada mais do que realizar comentários, adaptações ou aplicações daquilo que a genialidade dos grandes filósofos, como Foucault, produziu. A opção pela escrita literária talvez seja uma estratégia para caminhar em uma direção mais livre, ousada, para além de seus mestres.

O próprio Foucault instigava Roberto Machado a ser mais livre em suas investigações. No livro, encontramos vários relatos nesse sentido, de como Foucault desejava que as pessoas se servissem de suas ideias livremente, que fossem além e desenvolvessem um pensamento próprio. Ele desestimulava Roberto Machado a comentar seus livros e o incentivava a colocar



novas questões, como a pesquisa sobre a medicina social e a psiquiatria no Brasil.⁸ Embora pareça concordar com Foucault, Roberto Machado não deixou de produzir uma tese sobre a trajetória da arqueologia em Michel Foucault.⁹ Mas a vontade de não ficar simplesmente repetindo o pensamento dos grandes filósofos é claramente expressa.¹⁰ Até mesmo a posição de “utilizador de Foucault” é posteriormente ampliada por Roberto Machado, que imprime então um rumo diferente às suas pesquisas, com novos temas fortemente inspirados em Nietzsche e Deleuze. Aliás, o próprio Deleuze, em uma entrevista, resume esse tipo de relação com Foucault: “Quando as pessoas seguem Foucault, quando têm paixão por ele, é porque têm algo a fazer com ele, em seu próprio

trabalho, na sua existência autônoma. Não é apenas uma questão de compreensão ou de acordo intelectuais, mas de intensidade, de ressonância, de acorde musical”.¹¹

Creio que o livro do Roberto Machado traz um testemunho desse tipo de ressonância, da utilização de suas “armas”, mas também um relato de sua amizade com Foucault, que o afetou de maneira profunda e ofereceu ferramentas valiosas para suas próprias experiências de pensamento. O livro narra uma autêntica “experiência”, ou seja, algo do qual saímos nós mesmos transformados. Roberto Machado reflete, basicamente, sobre o impacto que Foucault

8 Cf. MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

9 Cf. MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

10 Roberto Machado destaca esse ponto também em uma entrevista concedida pouco antes da publicação do livro, na qual revela: “O que motivava minha relação com Foucault era o desejo de fazer alguma coisa a partir de seu pensamento, de usar o instrumental filosófico, ou histórico-filosófico, desenvolvido por ele para produzir um conhecimento novo” (MISSE, Michel. *Impressões de Foucault: entrevista com Roberto Machado*. *Sociologia & Antropologia*, vol. 7, n. 1, Rio de Janeiro, abril, 2017, p. 17-30, DOI:10.1590/2238-38752017V7n1, p. 21).

11 DELEUZE, Gilles. *Rachar as coisas, rachar as palavras*. In: *Conversações, 1972-1990*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1992, p. 108.

(suas ideias, seu exemplo, sua pessoa) teve sobre sua maneira de pensar e de viver. Isso não significa que a relação entre eles tenha sido de mera admiração ou fascínio, pois também foi marcada por desencontros e divergências. O livro traz um relato sincero e honesto de uma trajetória intelectual e pessoal, que foi decisivamente influenciada por Foucault, com seus percalços e inseguranças. No centro dessa reflexão está a relação que estabelecemos com alguém que nos inspira, nos transforma e, também, nos intimida.

Uma questão, no fundo, move o livro: como filosofar à sombra de gigantes? Em suma, como beber dos grandes pensadores sem ficar eternamente preso a eles? Como não ser completamente arrastado pela força de suas ideias ou de seus exemplos? Como se emancipar dos mestres e ser capaz de pensar por conta própria? Estamos à altura dessa tarefa? Afinal de contas, como deixar de ser um mero apóstolo de alguém? Como evitar esse apagamento de si (e do próprio pensamento) diante de construções tão imponentes? Como enfrentar isso e dar forma à ousadia de pensar? Creio que o livro do Roberto Machado nos dá um belíssimo exemplo disso.

MARCO ANTÔNIO SOUSA ALVES é professor de Teoria e Filosofia do Direito da UFMG

A filosofia diante da política

Não recomendável para os Narcisos

PORQUE A FILOSOFIA INTERESSA À DEMOCRACIA

Waldomiro J. Silva Filho

EDUFBA, 2020, 480 p.

Durante o auge da pandemia de Covid-19, em 2020 – no Brasil, ela se agravou a partir de março de 2020, com suspensão das aulas e principais atividades a partir do final desse mês – ficamos perplexos, sem saber o que esperar. Muitos entraram em depressão, ficando paralisados física e intelectualmente. Outros, pelo contrário, entre os quais me incluo, procuraram compensar essa falta de atividade exterior com uma hiperatividade intelectual, participando de *lives*, criando canais no Youtube, publicando. Não posso dizer qual foi a primeira reação do professor Waldomiro José da Silva Filho, docente da UFBA, membro do GT-Ceticismo da ANPOF e amigo de longa data. Mas sei que, em algum momento, diante de um cenário ruim não só no campo da saúde, como no campo educacional, ambiental, tecnológico etc. e, principalmente, político, a organização da coletânea *Porque a filosofia interessa à democracia* foi a resposta que ele conseguiu articular, e uma resposta muito boa.

Essa postura fica clara na apresentação, pelo autor, que diz:

(...) quem pensa a democracia e a filosofia, ou melhor, que se empenha em as praticar, deve estar alerta para aquilo que nos impulsiona a escrever, falar, reivindicar a defesa da democracia, da liberdade, da autonomia: queremos que isso tudo produza algo, cause um efeito. (p. 40).

O livro se apresenta também como uma crítica à filosofia acadêmica tal como praticada hoje, na qual o que parece importar mais é a quantidade, não a qualidade e o teor daquilo que se diz, para quem se dirige. Nós nos acostumamos a falar para nós mesmos: os periódicos nos quais publicamos, muitas vezes, funcionam como espelhos, nos quais, como Narcisos, contemplamos nossa própria imagem, admiramos nossos próprios artigos e esquecemos de

ler e comentar o que os colegas produziram. Esta coletânea vem na direção contrária: dirige-se à comunidade filosófica mais ampla, não circunscrita às especialidades, e tendo em vista um tema que é comum: a democracia e o modo como a filosofia se relaciona (ou não) com ela.

Exemplificando essa abertura epistêmica, o livro contém contribuições de colegas de várias áreas: Filosofia Política, Filosofia Antiga, Epistemologia, Filosofia do Direito, Filosofia Contemporânea e outras tantas denominações de um só fazer: o filosófico. Os autores se propõem a pensar filosoficamente a questão da interação entre democracia e filosofia. São eles: Adriano Correia (UFG), Aldo Dinucci (UFS), André Berten (Professor Visitante, UFBA), André Luís Mota Itaparica (UFRB), Breno R. G. Santos (UFMT), Carlos Enéas (Mestre em Filosofia pela UFF), Delamar José Volpato Dutra (UFSC), Eunice Ostrensky (USP), Felipe Rocha L. Santos (Pesquisador de Pós-Doc na UFBA), Genildo Ferreira da Silva (UFBA), Hilton Leal da Cruz (IFBA), Israel Alexandria da Costa (UFAL), João Carlos Salles (UFBA, atual Reitor), João Geraldo Martins da Cunha (UFLA), José Crisóstomo de Souza (UFBA), Juliana Aggio (UFBA), Kátia Martins Etcheverry (Professor em estágio Pós-doutoral na PUCRS), Leonardo da Hora (UFBA), Marcelo Veras (Psicanalista da AMP), Pedro Lino de Carvalho Júnior (UFBA), Rafael Lopes Azize (UFBA), Renata Nagamine (Pós-doutorado no PPGFIL-UFBA, CEBRAP), Renato Lessa (PUC-RJ), Tiago Medeiros Araújo (IFBA), Verónica Tozzi Thompson (Universidade de Buenos Aires e Universidade Nacional Três de Fevereiro), Vinícius dos Santos (UFBA). A quantidade de colaboradores e suas filiações revelam a amplitude nacional do livro. Além disso, muitos deles possuem renome nacional e internacional.

O livro se divide em 5 partes: 1) O filósofo na arena democrática; 2) O desafio de pensar o presente; 3) O tempo da democracia; 4) Epistemologia da democracia, e 5) A democracia e seus lugares. Não podemos dar conta aqui, é evidente, de todas as contribuições, e a apresentação do livro cumpre essa função. Nós nos limitaremos, portanto, a destacar algumas questões postas pelos autores ao longo do volume, em uma espécie de amostra, a fim de incentivar sua leitura.

Na primeira parte, “O filósofo na arena democrática”, discorrem João Carlos Salles, Renato Lessa e Adriano Correia. A partir de seus pontos de vista específicos, ou seja, a partir dos autores e correntes com os quais estão mais familiarizados, os autores não se furtam a analisar a questão do embate filosófico, da ágora contemporânea na qual os filósofos se veem jogados, participantes, não mais meros espectadores, ou observadores. No texto “Máscaras do filósofo ou o não lugar da filosofia”, João Carlos Salles aborda o problema do filósofo na praça pública ou, em suas palavras: “O filósofo na praça pública: eis o risco verdadeiro e incontornável”. A partir da análise de um momento de Fichte, em Iena, em 1794, reflete sobre o papel do filósofo que, aos poucos, a partir daí parece ir se encerrando de fato nos muros da Academia.

Mesmo aí, diz o filósofo (Fichte), não se deve renunciar aos ideais, à utopia. No comentário de João Salles, “Não há política nem filosofia se não julgamos a realidade em função de ideais que nela se devem afirmar” (p. 50). Mas o autor traz a discussão para o tempo presente ou,

mais precisamente, para o passado recente da ditadura, em 1975. Mas, o mais curioso, é que as sombras estão no espírito da época, e não só do lado da direita. João Salles introduz um relato da professora Marilena Chauí, que mostra o feroz machismo que grassava então a torto e a direita. Um professor chega a propor ao Departamento a esterilização (SIC) da professora (p. 53). Era preciso escolher: ter filhos ou ser uma intelectual – escolha que, naturalmente, não se colocava para os homens. O relato é corroborado pelo memorial de Scarlett Marton (*A irrecusável busca de sentido*. São Paulo: Ateliê, 2004), que acrescenta outros dados relativos ao machismo no meio acadêmico, e especificamente na Filosofia. O autor prossegue traçando uma espécie de história da filosofia no Brasil (cf. também Paulo Arantes, *Um departamento francês de ultramar*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994). Mas este não é o lugar para recontar essa história.

Renato Lessa aborda o tema clássico da recíproca hostilidade entre os governantes e os filósofos, patente, pelo menos, desde a época de Sócrates. Chega a propor uma fórmula, negativa, a respeito dessa relação: “*governos despóticos e antidemocráticos, por definição, odeiam tanto a filosofia quanto aqueles que a praticam*” (p. 66, grifos do autor). Sem defender uma relação direta e necessária entre democracia e filosofia, Lessa diz que “ela é um recurso inestimável para a reflexividade, para o exercício do pensamento e do juízo crítico e, sobretudo, para a configuração de uma *reserva de abstração*” (p. 73, grifos do autor). Segundo ele, ainda (p. 74), “A relação entre democracia e filosofia depende (...) da consistência e do empenho de uma *política filosófica*, ou de uma *política para a filosofia*”.

O último texto dessa parte, de Adriano Correia, chama-se “O projeto de Sócrates – Hannah Arendt sobre a relevância política da filosofia”. Partindo da reflexão de Arendt, o autor mostra que o filósofo precisa sair de si mesmo e, de certo modo “contaminar” os que estão à sua volta, na praça. Em outros termos, deve levar a reflexão à sociedade, em vez de centrar-se em si mesmo como local de reflexão. De certa maneira, o autor (e a autora) contrapõem a figura de Sócrates ao estereótipo do filósofo profissional. Como diz ele: “O que falta aos pensadores profissionais é uma capacidade para lidar com os particulares em sua própria dignidade” (p. 93). O espanto deve ser o ponto de partida, e não se deve permanecer nele.

A segunda parte se inicia com o texto de Eunice Ostrensky, “Democracia na era da desumanidade”. A autora toca também no tema da produção acadêmica contemporânea, marcada pelo valor econômico, pela quantidade. Segundo ela: “À atividade de produzir conhecimento agora se associa um valor, uma cifra, que é tanto maior quanto mais aplicável for o saber gerado. O critério para definir o conhecimento é o da utilidade, de preferência imediata” (p. 121). Diante dos desafios nas diversas esferas – econômica, social, ambiental etc. – os filósofos precisam sair do estado de paralisia em que se encontram: “É necessário dispormo-nos a participar da experiência radical de formular novos horizontes de ação e ideais de bem comum, talvez sem esperança, mas com coragem” (p. 122, *in fine*).

André Berten, filósofo belga radicado no Brasil, escreve “Racionalização do mundo

da vida e democracia deliberativa”. O autor defende uma concepção que nos é próxima, a saber, a de “democracia deliberativa”, com seus pressupostos de argumentação racional e razoabilidade. A despeito de um tom moderadamente cético em relação às possibilidades da filosofia para combater os problemas da contemporaneidade, Berten insiste sobre um uso da razão em sentido “fraco” (G. Vattimo), característica do debate atual em uma sociedade plural. Mobilizando sobretudo as teorias da ação comunicativa, de Jürgen Habermas, e a teoria da justiça como equidade, de John Rawls, o autor defende, por fim, que se especifique, cada vez mais, o que se entende por “democracia deliberativa”, pois a saída, se houver, se encontra nesse caminho.

Nesta curta seleção, escolhemos, por fim, o texto de Juliana Aggio, professora da UFBA, que propõe a expressão, título de seu capítulo, “Filosofia como modo de vida democrático”. Remontando ao modo de vida dos gregos (não todos), baseado na noção de liberdade, a autora recupera a noção de filosofia como modo de vida. Assim, o modo filosófico seria um modo essencialmente democrático. E finaliza seu ensaio em tom peremptório, como ela mesma diz: “a filosofia como modo de vida democrático se faz necessária e urgente em tempos sombrios como a nossa melhor ferramenta de luta contra as atitudes e decisões autoritárias de nosso atual governo, pois que é, por natureza, contrária a todo e qualquer tipo de autoritarismo (...)” (p. 165).

Poderíamos prosseguir analisando cada um dos textos que compõem o livro, mas não temos espaço para isso, e não nos compete fazer isso. Gostaríamos de finalizar dizendo que a filosofia ganhou realmente contornos nacionais, desde os anos 1970 e 1980. A história dessa expansão é em parte narrada no texto de João Carlos Salles, acima referido. Entidades como o CNPq, a Capes, a SBPC e a ANPOF tiveram papel decisivo nesse processo. Os professores formadores – Bento Prado Júnior, José Arthur Giannotti, Oswaldo Porchat, Roberto Romano, entre tantos outros – se foram ou estão se aposentando. Compete agora às novas gerações, incluindo a nossa, levar adiante esse legado, cuidando para que, pelo menos, não retrocedamos em relação ao que até agora foi conquistado.

LUIZ PAULO ROUANET é professor associado - DFIME/PPGFIL - da Universidade Federal de São João del-Rei

Na encruzilhada da civilização

RESSENTIMENTO E VONTADE: PARA UMA FISIO-PSICOLOGIA DO RESSENTIMENTO EM NIETZSCHE

Oswaldo Giacoia Júnior
VIA VERITA, 2021, 136 p.

O ressentimento é, sem dúvida, um dos conceitos mais centrais e mais instigantes da obra de Nietzsche, aquele que se anunciava como o primeiro psicólogo da história e como médico da cultura. Ninguém que quisesse realmente entender a cultura ocidental, suas formatações moralizantes e os sintomas nefastos que eles deixaram como rastros ao longo da nossa história, haveria de deixar de lado essa chave hermenêutica. Com ela, Nietzsche desfralda um horizonte de evidências que não apenas ilustra e descreve boa parte de nossos erros civilizacionais, como o faz projetando-se para o futuro, para os “próximos duzentos anos”, como ele se referia ao tempo que também é o nosso, no qual novos indícios em todos os campos (inclusive e principalmente os políticos) indicam a atualidade do tema.

Quando esse retorno temático e hermenêutico é realizado por um dos maiores conhecedores da obra do filósofo alemão, que junta clareza (que é, lembrando Ortega y Gasset, a gentileza do filósofo) com rigor, o leitor é o grande beneficiado. *Ressentimento e vontade: para uma fisio-psicologia do ressentimento em Nietzsche* é o título do novo livro do professor Oswaldo Giacoia Junior (Unicamp/PUCPR), recém-lançado pela editora Via Verita. O livro, que é parte da *Coleção Afetos*, oferece uma radiografia do tema e, ao mesmo tempo, abre muitas janelas sobre outros problemas centrais abordados por Nietzsche ao longo de sua profusa obra. Em oito capítulos, acrescidos de uma conclusão e dois excursos sobre o niilismo (que estão bem longe de serem meros desvios temáticos, dada a sua centralidade para a compreensão do problema), o livro realiza o que propõe em uma linguagem ensaística, própria de quem fala direto com o seu interlocutor, dando-lhe crédito e, ao mesmo tempo, esperando que ele se manifeste – prova de imenso respeito que caracteriza o prof. Giacoia nas suas relações pessoais. Lê-se como quem pode, a qualquer momento, interromper o emissor, pedir-lhe vistas, demorar-se um pouco mais em algum argumento ou simplesmente elogiar a primorozidade do argumento. Colabora para isso o projeto gráfico: um livro de 21 cm, que inclui capítulos

curtos, entrecortados com as belíssimas ilustrações de Susano Correia, que se encaixam com muita exatidão à proposta da obra, interpostos aqui e ali, aparentemente de forma aleatória, ao próprio ritmo da leitura, como interrupções constrangedoras que obrigam o leitor a levar as suas próprias intuições adiante.

O livro parte de uma constatação: o ressentimento está intimamente ligado ao conceito de consciência moral (*Gewissen*), um dos pontos nevrálgicos de *Para uma genealogia da moral* e o “fulcro da moralidade humana” na medida em que se aproxima da ideia de dever. É precisamente por isso que o livro começa um degrau atrás, com Kant e a própria ideia de majestade da lei moral. Reconhecendo a importância (crítica) desse conceito kantiano para Nietzsche e Freud, Giacoia retoma a concepção segundo a qual a consciência moral é “o fato originário da razão prática”, erguido sobre os alicerces daquele tribunal interno que faz do divino um morador interior. Ora, para Nietzsche, é essa “instância judiciária”, amparada na antiga matriz religiosa (herdeira da censura e da culpa), que leva à condenação da animalidade (Giacoia nos lembra que na terceira dissertação de *Para uma genealogia da moral* Nietzsche se refere a uma *Thierpsychologie*, ou seja, a uma Psicologia animal) e, conseqüentemente, à inversão das energias psíquicas que leva à criação da má-consciência. Ora, culpa e má-consciência são pares complementares nascidos desse processo de asfixia dos instintos e pulsões que, em última instância, remetem à animalidade proibida pela censura do dever. Sem poder se exteriorizar, tais energias voltam-se para dentro e dão origem ao ressentimento, descrito como um produto da crueldade introjetada. Torna-se evidente por que Nietzsche se volta contra Kant, portanto. E por que, afinal, é na confluência entre a crueldade e o ressentimento que se encontra a explicação para a origem da história de adoecimento e enfraquecimento do ser humano, levada a cabo por meio da invenção de uma “via subterrânea de descarga” e de “um meio de compensação para a destrutividade recalcada, uma agressividade represada no interior da ‘alma’” (p. 21) e que, no fim, inaugura uma história de “sofrimento crônico”. Revelar esse processo, como nos mostra Giacoia, é a grande tarefa de Nietzsche, o genealogista e o psicólogo da moral.

Começando com Kant (primeiro capítulo), por isso, Giacoia chega ao conceito de fisio-psicologia (segundo capítulo), que é o modo como Nietzsche se refere à psicologia e a si mesmo como psicólogo, na medida em que essa forma de conhecimento (amplamente usada, diga-se de passagem, desde *Humano, demasiado humano*, entre outras coisas, como herança de sua amizade com Paul Rée). Ora, essa fisio-psicologia é uma teoria dos afetos (terceiro capítulo), compreendidos como “um *quantum* de energia psíquica, de natureza emocional” (p. 30) e que representam, no fim, maneiras de sentir determinadas vivências e que acabam induzindo e influenciando formas de pensar: nesse simples argumento, Giacoia elucida a íntima relação entre os afetos e o pensamento como forma original de compreensão da fisio-psicologia com a moral e sua raiz mais profunda, aquela que nutre a íntima relação entre os eventos psíquicos e os somáticos. Além disso, a argumentação concorre para uma explicitação da relação entre a

filosofia experimental, que testa constantemente essa tensão entre o corpo e a *psique*, traduzida na vinculação entre pensamentos, afetos e juízos e à própria terapia dos afetos, descrita como uma tentativa de restabelecimento da saúde perdida, por meio de um aumento da força vital (que não significa ausência de enfermidade mas, ao contrário, aumento da resistência). Para isso, é preciso levar os afetos até a sua primeira determinação, ou seja, os juízos. Com essa argumentação, Giacoia nos ajuda a compreender que o a compreensão do ressentimento na obra de Nietzsche passa por uma apreensão da sua “causação físiopsicológica”. Buscando as raízes etimológicas do termo principalmente na literatura francesa do século XVI e estudando seu desenvolvimento a partir de então, é possível compreender que o ressentimento é, sobretudo, um “dispositivo de compensação” que tem como propósito “assimilar vivências negativas, experiências ‘traumáticas’ de sofrimento” que são “excitações causadoras de perturbação, fontes de desprazer” (p. 37). Ora, tal passagem estreita reside precisamente na conversão do dever em culpa, compreendido como a uma “metabolização” da negatividade: trata-se da mudança do curso dos impulsos hostis, antes dirigidos para o exterior e agora voltados (sob a pressão do dever) para dentro, de modo que “a crueldade do bicho-homem passasse a *desafogar-se internamente*” (p. 38). A civilização se ergueu sobre esse processo e, assim, nutriu-se dessas energias reversivas que lhe forneceram o ressentimento como uma marca indelével, indissociável. Em outras palavras, a interiorização do homem é produzida com um custo alto que inclui, principalmente, a dificuldade de digestão das vivências negativas o que, afinal, se explica pela dificuldade em esquecer (ou, ao seu inverso, na importância da memória da culpa). Giacoia, contudo, chama atenção para um detalhe que facilmente passa despercebido: a dor é o meio de bloqueio do esquecimento, ou seja, ela faz parte da estratégia usada pela memória mas, ao mesmo tempo, é preciso esquecer para ser capaz de lembrar – nessa contradição revela-se uma patologia que impede o processamento das vivências, tornando o indivíduo doente, fraco, corrompido.

A descrição desse indivíduo é o tema do capítulo quarto, que trata do ressentimento sob a perspectiva da distinção nietzschiana entre o fraco e o forte. Giacoia começa por descrever o processo segundo o qual “o ressentimento tem um efeito sedativo” que ele chama de “narcotização da dor por intermédio do afeto” (p. 45): tudo ocorre como se, ocupado com seu afã de vingança, por exemplo, o homem ressentido encontrasse uma via de alívio para sua própria dor, aquela nascida de algum infortúnio vivido. É o que torna o ressentimento um processo reativo, embora nele também esteja incluído esse entorpecimento como aspecto positivo próprio do tipo fraco (ou escravo). Enquanto o forte escolhe e pratica a descarga como um *para fora* daquela energia negativa, o fraco atrela-se ferrenhamente ao ressentimento porque nele encontra o narcótico capaz de aliviar a dor e é precisamente por isso que ele tem muita dificuldade de curar-se da doença – que ao mesmo tempo lhe oferece uma possibilidade de vida, embora fraca. Ele é um *envenenado*, por isso, cuja toxina não mata, mas também não

cura. O exemplo óbvio é o personagem de Dostoiévski em *Memórias do subsolo*, uma espécie de paradigma que também serve para descrever o homem moderno, que continua atrelado à invenção sacerdotal do pecado, que é o nome de uma estratégia que fez voltar para dentro a crueldade antes exteriorizada. O resultado é o “hiperdesenvolvimento da consciência” (p. 53) como uma doença. A descrição fornecida por Giacoia é, nesse ponto, também exemplar: essa hipertrofia da consciência é precisamente o que torna o homem, esse animal enfermo, em um animal também problemático, denso, profundo e repleto de futuro – por ter intensificado para dentro, ele também se tornou mais capaz para a grande reviravolta que, na obra de Nietzsche, se chama transvaloração dos valores. Por ter sofrido de si mesmo tão longamente e tão profundamente, talvez ainda reste a esse homem a condição/habilidade para sua superação.

O capítulo quinto do livro faz uma aproximação do tema com a Metapsicologia de Freud, no qual Giacoia aprofunda a tese de que o processo de “hominização” está baseado no processo que contrapõe a civilização com sua condição animal. Nesses termos, é como se o ressentimento fosse, de fato, a marca original da civilização e como se ela não fosse mais do que uma tentativa constante de narcotizar a dor por meio de uma descarga de afetos poderosos, cuja melhor expressão é o sentimento de culpa e a vingança a sua expressão mais acabada. Se é a coerção que gera o ser social, então na sua base está esse descarregamento afetivo. Aí, no meio da civilização, contudo, nasce o problema do *absurdo*, descrito como uma falta de sentido para o sofrimento, um desconhecimento da razão de sua dor por parte do ser humano. Esse é o tema do capítulo sexto, que analisa o paradoxo da falta de sentido para a dor e da dor da falta de sentido, no qual Giacoia analisa o papel do ascetismo na oferta de uma compreensão (sentido) para a dor como caminho de redenção, apoiado na ideia de que “qualquer finalidade é melhor do que nenhuma finalidade”. Sofrer para se purificar é a finalidade que, pelas mãos do sacerdote ascético, junta culpa e má-consciência, tornando a consciência da culpa em um tormento que, pretensamente, redime, na medida em que encontra um culpado para o sofrimento. Chega-se, portanto, ao segundo par conceitual que dá título ao livro: a *vontade* do homem, voltada contra si mesmo, revela-se como “crueldade psíquica” na medida em que o indivíduo tem vontade de sentir-se culpado para poder redimir-se. Tal *vontade*, assim, é uma força que quer infectar e, de fato, envenena tudo ao redor com o próprio ideal, na qual a ideia de Deus passa a desempenhar o máximo da representação da indignidade que o ser humano impetra sobre si mesmo. Mas isso, como se vê pela análise nietzschiana, não fez outra coisa a não ser adoecer mais profundamente, na medida em que “o ressentimento só alivia a dor, na medida em que infecciona a chaga” (p. 78). Nesse caso, a vida é contaminada pelo peso e pelo cansaço: ela não é mais vivida como alívio, mas como forma de expiação. Viver é provar a própria indecência do homem diante de si mesmo.

Os diferentes tipos de asceta e os meios utilizados para que eles cumpram os seus objetivos de envenenamento da vida é o tema do capítulo seguinte, o sétimo. A filosofia de Schopenhauer

é um dos alvos, mas sobretudo o Budismo e o Cristianismo – o primeiro, compreendido como forma ingênua de decadência e o segundo, como a “decadência culpada, ressentida e vingativa”. Giacoia, contudo, mostra como Nietzsche distingue o Jesus e o Cristo, para mostrar que no estilo de vida do nazareno é possível também identificar um tipo de emprego inocente dos ideais ascéticos, embora todas essas estratégias civilizacionais representem formas de negação da vontade de poder – trata-se, no limite, de uma forma de renúncia à vontade de poder que pode levar à supressão da má consciência. Mas ainda não da forma radical proposta pelo próprio filósofo por meio da sua *transvaloração* ou *inversão da inversão*, para usar a expressão do prof. Giacoia. É precisamente por aí que ele chega aos “dois modos complementares” do pensamento de Nietzsche: “por um lado, o ressentimento como extravagância do afeto, como descarga internalizada do sentimento para fins de entorpecimento da dor”, como vimos até aqui, e, por outro, a “alternância possível do ressentimento, como se fosse uma autossuperação” (p. 91), precisamente no sentido de que o ressentimento pudesse “suprir a si mesmo”, ou seja, como estratégia de desconfiança do ressentido contra o moralismo residual que lhe abate. É como “asseio e probidade intelectual” que se torna possível a autossuperação do ressentimento, na medida em que, sendo herdeiros dos ideais ascéticos, todos dirigimos contra nós mesmos a própria má-consciência, “promovendo uma vivissecção impiedosa do que em nós ainda resta de *devoção* e *moralismo*” (p. 92), algo que é descrito por Giacoia como uma “autoviolação redentora”. Essa é a tarefa do psicólogo, portanto: uma volta da crueldade em seu sentido mais pleno – retirar do moribundo o narcótico.

No último capítulo de seu livro, Giacoia analisa o problema da finitude como “extrato ontológico” mais abissal da enfermidade representada pelo ressentimento. A má-vontade contra o tempo, a aversão à ideia de fluxo, representa, assim, o sofrimento mais radical a afetar o ser humano. A essa forma de ressentimento Nietzsche opõe a noção de eterno retorno, como variante do *amor fati*, que recusa o além-mundo de quem foge do tempo, para afirmar o que passa em sua integralidade. Se o ressentimento é um sentir de novo e, portanto, uma dificuldade de lidar com o tempo, um sentimento reativo contra a vida e uma insatisfação com sua irreversibilidade, o eterno retorno é a afirmação incondicional da existência que leva à sua superação. Trata-se da terapia mais eficaz, portanto. A filosofia de Nietzsche culminaria, assim, com uma “liberdade de criação” (p. 104) na qual o sentido dionisíaco da existência se configura como expressão de uma força afirmativa criadora, capaz de enfrentar o niilismo (tema dos dois excursos acrescentados à obra, na medida em que esse conceito conta a história do adoecimento e de sua própria superação).

Baseado em uma literatura secundária sucinta – o que revela não só como foi bem escolhida mas indica também os caminhos incontornáveis de aprofundamento para um leitor ou pesquisador mais empenhado – e atento às nuances muito próprias do texto nietzschiano, ao qual ele impõe sua própria régua, o prof. Oswaldo Giacoia Junior, autor de tantos textos

lapidares do pensamento filosófico brasileiro, traz à tona, nesse momento tão crucial da história política nacional, um texto primoroso que, longe de estar fechado sobre si mesmo, pode ser lido por quem quer entender o que se passou e o que se passa conosco, nesta encruzilhada da civilização. Como toda encruzilhada, esta também – nunca é demais lembrar – está cheia de oportunidades.

JELSON OLIVEIRA é doutor em Filosofia e professor do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUCPR

A “luz natural da razão” e suas sombras

IRRATIONALITY: A HISTORY OF DARK SIDE OF REASON

Justin E. H. Smith

PRINCETON UNIVERSITY PRESS, 2019, 345 p.

Quando questionados sobre a nossa principal característica como humanidade, uma resposta comum envolve a racionalidade. Esse traço nos distanciaria das outras formas de vida e explicaria os avanços promovidos pelos humanos, garantindo também expectativas de progresso. No entanto, essa classificação tradicional na qual consideramos a nós mesmos como “animais racionais”, ou como “criaturas especiais” agraciadas com “discernimento” e “sensatez”, pode encontrar dificuldades de se manter quando observamos o cotidiano e a história. Temos dificuldades em avaliar circunstâncias simples, compreender riscos básicos ou pensar em termos de um prazo mais longo. Do ponto de vista histórico, líderes políticos e militares, pautados em decisões questionáveis, impactaram a vida de milhares de pessoas, que muitas vezes apoiaram suas decisões, com ações pautadas não apenas por visões limitadas dos cenários e perspectivas, mas também contraditórias e pouco refletidas por parte dos agentes que as implementaram. Essa tensão permanente entre as expectativas pelas quais nos definimos e o que podemos observar na história e no “mundo da vida” é o motor do ensaio *Irrationality: The dark side of reason*, publicado em 2019 pelo filósofo americano-canadense Justin E. H. Smith.

Segundo o argumento geral apresentado por Smith nesse longo e reflexivo ensaio, a irracionalidade abarca a maior parte da vida humana, e provavelmente governou a maior parte da história. O autor não oferece uma definição única do termo “irracionalidade”, que capte todas as suas instâncias, mas entende que a melhor maneira de estudar o conceito é a consideração de suas várias instâncias representativas. Assim, o ensaio atravessa diversas situações da experiência humana que envolvem dificuldades e conflitos em relação à “luz natural da razão”, conforme Descartes apresenta essa capacidade em suas *Regras para a direção*

do espírito (publicadas em 1628, alguns anos depois do retorno do filósofo dos sangrentos e irracionais campos de batalha da Guerra dos Trinta anos). Nesse contexto, Smith analisa como até mesmo as próprias tentativas de explorar a racionalidade ao máximo na estruturação e organização da vida humana culminam em explosões de irracionalidade.

Um provocativo exemplo dessa possibilidade é apresentado no prólogo do livro, com uma análise dos relatos sobre morte do filósofo e matemático Hipaso de Metaponto.

Membro da escola pitagórica, que reverenciava a ordenação e a racionalidade dos números refletida na realidade, Hipaso fez a infeliz descoberta dos números irracionais, evidenciando que até mesmo no seio da racionalidade existe a irracionalidade – e por essa descoberta seria assassinado pelos defensores da razão, evitando assim a revelação.

Trata-se de mais um capítulo da “história da racionalidade e de sua irmã gêmea, a irracionalidade: a exaltação da razão, conectada ao desejo de erradicar sua oposta: a inevitável resiliência da irracionalidade na vida humana”. Na concepção de Smith, qualquer triunfo da razão é temporário e reversível e qualquer esforço utópico para estabelecer uma ordem permanente, para desterrar o extremismo, por assegurar uma vida tranquila e confortável para todos os membros de uma sociedade construída sobre princípios racionais está condenado ao fracasso desde o começo. O desejo de impor uma pretensa racionalidade, de tornar as pessoas ou as sociedades mais racionais, se transforma, em regra, em espetaculares explosões de irracionalidade.

Os capítulos do ensaio são temáticos, porém abordam ricas discussões filosóficas que remetem a debates históricos, sem deixar de tocar em temas fundamentais de nosso tempo. Conforme apontando por Smith, o tom crítico à racionalidade não é inédito, porém o livro oferece análises ricas e reflexões importantes, num momento em que esperávamos chegar a conquistas e avanços em diversos aspectos, como a tecnologia e a cidadania, mas que revela frustrações e crises nas fundações mais básicas da estruturação da vida social contemporânea. O livro foi publicado antes da pandemia de Covid-19, porém o autor escreveu um novo prefácio à obra, contextualizando as diversas manifestações de desprezo à razão que observamos nesses tempos difíceis de pandemia – que servem de água para o moinho para a hipótese de Smith. No primeiro capítulo, Smith desenvolve considerações sobre a lógica, sua natureza, limites e contradições. As grandes expectativas que a filosofia grega nutriu pelo logos e por um possível rompimento com o mito mostraram-se ilusórias e as tentativas de construção de leituras da realidade de um ponto de vista estritamente lógico seriam, quando não ingênuas, extremamente limitadas. No segundo capítulo, Smith aborda o que chama de “no-brainers”, uma expressão idiomática do inglês que nos lembra do fato de que não ter cérebro (ou consciência, nesse caso), não impacta o processamento de informações.

Surgem discussões filosóficas aprofundadas sobre a racionalidade ou irracionalidade dos animais e da própria natureza, além de uma análise sobre o “enigma da razão”, essa capacidade

naturalmente evoluída, que não garante que possamos encontrar a verdade última da realidade, mas que possibilita a nossa sobrevivência num ambiente muitas vezes estranho e hostil.

No terceiro capítulo Smith oferece uma erudita e reflexiva análise dos sonhos, ou, nas palavras do autor, do “curioso e inquietante fato de que aproximadamente um terço da vida humana transcorre em alucinações delirantes”. Smith visita uma série de abordagens sobre os sonhos e a vida onírica, explorando as tensões e paradoxos que essa ausência de controle oferece à racionalidade. No quarto capítulo são discutidas as possibilidades de construção de mundos oferecidas pela arte, que também envolvem tensões e dificuldades para a “reta razão”, e que são fundamentais para uma vida humana rica em experiências. Smith explora também a divisão das áreas do conhecimento e a separação entre arte e ciência, que limita perspectivas e impede a ampliação de horizontes nas tentativas de ler a realidade. A ciência é o tema do quinto capítulo, no qual o autor retoma o “problema da demarcação” que se impõe a qualquer tentativa de definir o que conta ou não como ciência. Smith aborda algumas das crises contemporâneas no que diz respeito à confiança pública na ciência e como essa tensão estimulou o surgimento de movimentos com concepções estapafúrdias sobre a realidade, mas que possuem peso político e contribuem para o crescimento das dificuldades de nosso tempo.

As esperanças iluministas são o tema do sexto capítulo, no qual o autor revisita fontes históricas e o contexto de suas expectativas e (poucas) realizações. As grandes mudanças promovidas pelas concepções iluministas povoam nossas concepções de sociedade, porém, as contradições das propostas dos filósofos “esclarecidos” ainda demandam revisões e reconsiderações. Uma dessas dificuldades diz respeito ao papel da informação para a construção de melhores sociedades, um “sonho” que poderia ser realizado pela Internet, o tema do sétimo capítulo. No entanto, essa “besta humana”, conforme a descrição de Smith, não apenas oferece informações, mas também dissemina a desinformação, promove ressentimentos, amplia a desrazão e impacta os laços sociais e o funcionamento de nossas já frágeis democracias. O oitavo capítulo trata das piadas e mentiras como desafios à racionalidade, promovendo reflexões importantes sobre a liberdade de expressão e o papel da confiança na construção de sociedades democráticas. Por fim, no último capítulo, Smith trata das dificuldades de se lidar com a morte, ou o “silogismo impossível”, recuperando a história do personagem Ivan Ilitch, escrita por León Tolstói no século XIX, para mostrar os limites da racionalidade nas nossas escolhas, expectativas e ações. Mesmo que repitamos que “todos os homens são mortais” nas aulas de lógica, lembrar da nossa própria mortalidade é um exercício que desafia a razão.

O ensaio de Justin E. H. Smith e a tese que o atravessa – de que a irracionalidade é tão potencialmente danosa como humanamente inextirpável, e que os esforços para a erradicar são por excelência irracionais – pode desagradar as exigências de uma abordagem mais estruturada e organizada em relação a questões filosóficas tão amplas. No entanto, é inegável que se trata de uma obra estimulante e reflexiva, que convida a repensar

diversos aspectos e concepções. Serve também como um alerta de que a confiança extrema na razão e suas certezas pode esconder irracionalidades pouco identificadas. Conforme a concepção de Smith, “vivemos um momento de extrema irracionalidade, de fervor e ebulição, de medo e desestabilização.” No entanto, se não somos plenamente racionais, como as expectativas tradicionais apontaram, também não é o caso de sermos unicamente irracionais. Os diversos recursos sociais e técnico-científicos promovidos pela humanidade, construídos a partir de nossas características naturais evoluídas, garantem melhorias na nossa existência que são consideráveis, apesar das tensões envolvidas. O ponto relevante dessas investigações sobre a racionalidade é evidenciar as limitações e dificuldades da nossa capacidade racional, com o objetivo de contribuir para uma compreensão mais acurada daquilo que somos.

Michel de Montaigne, no distante século XVI, também desconfiou da razão e das exageradas expectativas na racionalidade humana e nas perigosas certezas por ela produzidas. No ensaio “Apologia de Raimond Sebond”, Montaigne ofereceu uma definição que nos é útil para considerar os limites e possibilidades da pretensa “luz natural” da nossa razão:

“Dou esse nome de razão a essa aparência de juízo que cada um forja em si mesmo e que a respeito de um mesmo assunto pode levar a cem apreciações diversas e contraditórias, instrumento feito de chumbo e cera, que se estica e dobra e se ajeita a todas as circunstâncias, a todos os compromissos, e que um pouco de habilidade basta para levar a amoldar-se a quaisquer moldes.”

(Ensaio, Cap. XII, p. 265)

Assim como Montaigne, Justin E. H. Smith nos lembra em *Irrationality: The dark side of reason* que as “dobras” e “ajeitos” da razão podem levar para diversos caminhos nas nossas tentativas de compreensão do que somos, como vivemos e o que podemos fazer, inclusive para inesperadas explosões de irracionalidade. Dessa forma, o que nos resta é o cuidado e a reflexão constantes sobre nossa razão, esse paradoxal “instrumento feito de chumbo e cera”.

Referências

MONTAIGNE, Michel de. *Ensaio*. Coleção “Os Pensadores”. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

SMITH, Justin E. H. *Irrationality: A history of dark side of reason*. Princeton: Princeton University Press, 2019.

JOSÉ COSTA JÚNIOR é professor de Filosofia e Ciências Sociais do IFMG Campus Ponte Nova

O que está vivo e o que está morto na tradição do universalismo?

SITUANDO O SELF: GÊNERO, COMUNIDADE E PÓS-MODERNISMO NA ÉTICA CONTEMPORÂNEA

Seyla Benhabib

Tradução de Ana Claudia Lopes e Renata Romolo Brito, com revisão técnica de Yara Frateschi

EDITORA DA UNB. 2021, 516 p.

Peço licença para iniciar esta resenha com dois relatos. O primeiro refere-se à pesquisa realizada na Universidade Federal de Minas Gerais juntamente com a professora Juliana Neuenschwander Magalhães sobre os paradoxos dos discursos universalistas dos direitos humanos, especialmente em face das diversas identidades culturais. Entre 2003 e 2006, pesquisamos os fundamentos filosóficos dos direitos humanos e como eles poderiam se operacionalizar em um mundo globalizado e plural.

Destaco que foi exatamente em 2003 que George W. Bush, então presidente dos Estados Unidos, proferiu um famoso discurso em que proclamou a invasão americana no Iraque, argumentando que se tratava de uma guerra contra os inimigos da humanidade. Enunciava-se, internacionalmente, a existência de um lado humano e um lado não humano em relação ao qual cabia a violência e a barbárie, o que tornava evidente o paradoxo do discurso universalistas dos direitos humanos. Pois ele profere uma inclusão generalizada dos homens como sujeito portadores de direitos a serem protegidos, mas, simultaneamente a esta inclusão, promove uma exclusão generalizada contra aqueles com os quais cabe lutar e ferir para a manutenção e defesa do lado humano.

Nossa pesquisa, buscou compreender esse paradoxo e “levar a sério” os direitos humanos, compreendo-os como uma aquisição semântica moderna que tem como alicerce a distinção humano/bárbaro. Ou seja, direitos humanos incluem universalmente, mas também excluem.

Em 2021, retorno ao debate acadêmico no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás a fim de pensar a teoria dos direitos humanos a partir de um recorte de gênero. Após seis meses de longos debates em sala, em reflexões coletivas com as alunas, chegamos aos impasses e paradoxos dos discursos universalistas

dos direitos humanos em face das singularidades do(s) feminino(s). Nós compreendemos a importância das universalidades e de como elas nos servem como sujeito de direito, mas também apontamos impasses em relação ao universal que não reconhece ou não cria condições de possibilidades para o respeito às particularidades.

Esses pequenos e breves relatos de investigações acadêmicas, realizadas em períodos diferentes, são importantes para demarcar que na prática e na teoria dos direitos humanos debates que parecem estar “resolvidos”, fazem-se pulsantes e necessários. As controvérsias entre os discursos do universal e do particular inserem-se nesses debates e, por isso, a obra *Situando o Self: gênero, comunidade e pós-modernismo na ética contemporânea*, de Seyla Benhabib, publicada originalmente há quase trinta anos é ainda hoje uma leitura exemplar para a compreensão da experiência política do nosso tempo.

Em novembro de 2021, tivemos a primeira publicação desta obra em português, pela Editora Universidade de Brasília, numa excelente tradução de Ana Claudia Lopes e Renata Romolo Brito, com revisão técnica de Yara Frateschi, o que, felizmente, nos permite ampliar a recepção de Seyla Benhabib nos nossos debates filosóficos, jurídicos e políticos. Percebo esta publicação como uma oportunidade de, no Brasil, enfrentarmos com profundidade os estudos sobre os universalismos e sobre a importância de se reconhecerem as particularidades.

Seyla Benhabib é uma filósofa turca, professora das cátedras de Ciência Política e Filosofia Política da Universidade de Yale e é, atualmente, uma autora contemporânea fundamental para pensarmos os debates de gênero. *Situando o Self: gênero, comunidade e pós-modernismo na ética contemporânea* é uma de suas obras centrais, sendo composta por ensaios cujo objetivo é, diante das transformações percorridas no século XX, reconstruir legados modernos como o do universalismo moral e político a partir da seguinte pergunta: “o que está vivo e o que está morto nas teorias universalistas morais e políticas do presente após as críticas que lhe foram dirigidas por comunitaristas, feministas e pós-modernos?” (BENHABIB, 2021, p. 30). Benhabib busca reconstruir a tradição universalista, enfrentando as críticas e aprendendo com as considerações realizadas por estas três frentes e, nesse processo, ela apresenta um novo pensar que propõe “situar a razão e self moral de maneira mais decisiva nos contextos de gênero e de comunidade, ao mesmo tempo em que insisto no poder discursivo para contestar essa situacionalidade em nome de princípios universalistas” (BENHABIB, 2021, p. 30). Nesta obra, há desconstruções e reconstruções.

O livro divide-se em duas partes. Na primeira, Benhabib realiza um debate sobre a ética contemporânea, apoiando-se numa leitura crítica da ética do discurso ou comunicativa de Jürgen Habermas. Ela quer realizar um deslocamento de uma ética filosófica fundada numa racionalidade legisladora para a racionalidade interativa. Nesse percurso, ela se aproxima da tese do pensamento alargado de Hannah Arendt, propondo uma reformulação procedimental do princípio da universalização em que seja possível experimentar um modelo de espaço público

que considere diversas perspectivas e onde haja sensibilidade para ouvir suas vozes. É preciso ver e escutar efetivamente o outro.

Na segunda parte da obra, a filósofa enfoca no debate de gênero, fortalecendo a tese de que é preciso conjugar o universalismo interativo com a percepção de que há um outro generalizado e um outro concreto. Trata-se de duas perspectivas de relações que devem delimitar tanto o âmbito moral quanto político. Ver outro generalizado é observar cada indivíduo como ser racional com direitos e deveres iguais. O ponto de vista do outro concreto exige observar cada “ser racional como um indivíduo com uma história concreta, identidade e constituição emocional-afetiva” (BENHABIB, 2021, p. 328). Ela propõe a construção de um modelo radical de democracia em que os procedimentos de universalização assumam o ponto de vista também do outro concreto.

Benhabib revisita o debate sobre as mulheres nas teorias morais num profícuo diálogo com a psicologia moral de Carol Gilligan, que propõe formular uma ética feminina do cuidado. Aproximando-se do pensamento de Gilligan, a filósofa crítica o sexismo na constituição do sujeito da tradição moral, reforçando que ele comumente exclui as experiências da mulher e suas particularidades de relações de cuidado e afeto.

Por fim, ela apresenta reflexões sobre o debate entre o feminismo, colocando questões de gênero para autores pós-modernos e, também, para Hegel. O livro termina com um ensaio em que Benhabib dialoga com Hegel e, ironicamente, expõe como ele deliberadamente excluiu as grandes reflexões sobre as mulheres de sua filosofia. Ela questiona a imparcialidade e a representatividade do pensamento hegeliano.

Em poucas palavras é impossível apresentar todos os meandros do percurso filosófico de Seyla Benhabib em *Situando o Self: gênero, comunidade e pós-modernismo na ética contemporânea*. Entretanto, espero que esta resenha impulse o leitor como um convite para adentrar em sua leitura e para que haja grandes movimentos de ampliação das pesquisas sobre o pensamento desta filósofa que cuja preocupação emancipatória se faz constante.

PAULA GABRIELA MENDES LIMA é professora de Filosofia integrante do PPGIDH/UFG e doutora em Filosofia Política pela UFMG

Adversário ou seguidor

O que a biopolítica tem a ver com a educação do corpo e da alma?

EDUCAÇÃO E FILOSOFIA NO EMÍLIO DE ROUSSEAU

Thomaz Kawauche

EDITORA UNESP, 336 p., 2021.

Você é meu adversário ou meu seguidor? Relacionamento entre mestre e discípulo depende mais do exemplo ou do conflito, da imitação ou da disputa? Quantas vezes discordamos de nossos mestres ao invés de segui-los? Essas questões invadem a alma de quem lê atentamente este livro de Thomaz Kawauche.

Até o Apêndice do livro é delicioso. Quando nota que o nome Emílio vem de *aemulus*, significando rival ou imitador, refere-se em seguida à flexibilidade de um antigo homem da política, Emílio, descrito na obra de Plutarco, obra conhecida de Jean-Jacques Rousseau.

Adaptar-se aos extremos é uma conquista! Enfrentar com sucesso o frio e o calor tornava poderoso o cônsul antigo, Emílio, que tinha o espírito forte e vigoroso, mas sabia humilhar-se diante das adversidades, era poderoso e flexível, não se corrompia nem se orgulhava diante da prosperidade.

É sobre a obra *Emílio*, de Rousseau, uma espécie de antídoto aos males que a sociedade traz. Educação, livros, pensamentos, discursos. Não basta falar nem ler, é preciso agir.

Somente a luta transforma o mundo.

Lutar como uma mulher? Lutar como um homem? Não, para Thomaz Kawauche, J.-J. Rousseau traz a seguinte dica: “Lutemos como uma criança”.

A criança foi uma descoberta moderna, inventada por Rousseau. O autor explica como.

Publicado em 1762, o *Emílio ou Da Educação*, foi condenado à fogueira, tanto em Paris como em Genebra. Esta obra tem, sim, pois, aspecto revolucionário.

A proposta de Thomaz Kawauche é trazer elementos para introduzir o leitor perspicaz no pensamento pedagógico moderno. Com este livro, *Educação e Filosofia no Emílio de Rousseau*, acrescenta ao seu percurso uma história das mentalidades.

Estudioso muito sério da obra de J.-J. Rousseau, Kawauche estende, assim, os horizontes de sua pesquisa, para além da análise conceitual especializada, mostrando as relações entre a filosofia rigorosa e a construção do conhecimento a partir do diálogo.

Com este livro, confirmam-se também qualidades importantes do percurso do autor: discernimento na pesquisa, inquietação com os problemas atuais e sobriedade elegante. Kawauche trata de temas sérios com leveza, e de temas aparentemente triviais – como os jogos, por exemplo – com profundidade.

Dualismos do pensamento moderno ocidental (ser e parecer, natureza e artifício, corpo e alma) são geralmente tratados por este estudioso-filósofo sem fuga dos paradoxos ou medo da obscuridade. E é sempre com muita clareza que trata de todas as questões, mesmo as mais espinhosas, da filosofia de Rousseau.

Entre as ideias de Rousseau para a educação, chama atenção o método *negativo*, proposto pelo filósofo diante de uma crítica à razão. Com erudição, Kawauche cita vários autores, desde os antigos até a literatura atual, Newton, Locke, Montaigne, Hipócrates...

Em meio a conteúdo tão rico, vasto e complexo, sem o risco de se incorrer em deslealdade a um estudo tão importante como este de Thomaz Kawauche, é possível enfatizar o tratamento da relação entre corpo e moralidade, medicina e filosofia, lançando luz também sobre a leitura da modernidade que faz Michel Foucault. O autor se refere aos dispositivos de controle dos corpos a partir do decoro e do controle da sexualidade.

Trata-se de uma obra importante demais, porque dá conta de vários aspectos do pensamento de J.-J. Rousseau e, principalmente, aponta de maneira elegante tópicos da história da civilização ocidental que se tentou esconder até final do século XX.

Repressão sexual e controle dos corpos compõem as estratégias de poder nesse período da chamada biopolítica. Parece que data de hoje? Já estava lá nas artimanhas dos discursos e ações da ciência, da moral e da política na modernidade.

As matrizes científicas do pensamento pedagógico de Rousseau – a ciência da legislação dos jusnaturalistas, a história natural de Buffon e a teoria do conhecimento de Condillac – são apontadas, para realçar a gênese de suas ideias e invenções. O que perdura na análise de Kawauche, ganhando cada vez mais relevo ao longo do livro, é a relação entre medicina e pedagogia.

A ordem dos capítulos segue a obra estudada, *Emílio ou Da Educação*. Seu percurso, entretanto, independe desta ordem, que é cronológica. Supõe também uma análise contemporânea, a saber, a da *História da Sexualidade*, de Michel Foucault, que empresta riqueza e atualidade ao texto de Kawauche.

No contexto das concepções da biopolítica, ao examinar as concepções pedagógicas de Rousseau, este estudo aproxima conhecimento e poder, civilidade e humanidade, controle dos corpos e regras de etiqueta.

Mantém-se fiel às linhas e entrelinhas do texto de Rousseau.

Thomaz Kawauche empreende uma viagem pelas ideias desenvolvidas na obra examinada, mapeando temas e eixos conceituais importantes da época. Há um aspecto que chama atenção: a ênfase nos elementos de sua filosofia que dão sentido às noções de civilidade. Assim, paixões favoráveis à sociabilidade aparecem com maior relevo, tais como a piedade, o sofrimento e a amizade. Como sempre, o estudioso-filósofo não foge dos paradoxos, mantendo do início ao fim de seu texto as tensões conceituais, como a que encontramos entre razão e sentimento, por exemplo.

Trocando em miúdos, o que é que está em questão nesta biopolítica do discurso pedagógico da modernidade?

A educação da criança e do adolescente, tal como propõe J.-J. Rousseau no *Emílio*, contempla um projeto mais amplo de pensar a emancipação política. Nessa época, a própria noção de indivíduo estava em formação e, junto a ela, culminando na Revolução Francesa de 1789, uma nova concepção de poder.

Kawauche mostra perfeitamente como essa obra de Rousseau impactou para sempre a história das mentalidades, reforçando novas posturas teóricas, enfrentando preconceitos, lançando luz sobre a criança e o homem tal como é, com suas paixões, suas forças e fraquezas.

Ao mesmo tempo em que faz análise interna da obra, o autor a insere no contexto da história da ciência, mostrando a relação entre a pedagogia e a ciência (ou filosofia experimental). Assim, é mérito do autor mostrar que conhecer a alma humana, seus desejos e paixões, requer espírito científico, investigação filosófica e metódica, observação. A base conceitual para essa análise é extraída dos discursos de medicina da época, onde se observa a preocupação com a vida e sobrevivência das crianças.

Os dispositivos de poder atuantes no controle do corpo e da sexualidade da criança e do adolescente amparam-se no discurso médico. A preocupação com a saúde e a sobrevivência da criança justifica a interdição da masturbação, por exemplo.

Repressão sexual, regras de etiqueta, adequação entre cuidados com o corpo e virtude moral, são temas do início da modernidade, mas que perduram. Este livro contribui, assim, para a história das ideias e, de quebra, contribui também para uma melhor compreensão da gênese da biopolítica, concernente à problemática relação entre vida e poder.

Kawauche mostra que a problemática que dá eixo à análise, a do controle dos corpos, já se inicia fortemente na infância: como os dispositivos de controle da sexualidade permitem inserir indivíduos livres nas sociedades políticas?

Sem prejuízo da consciência individual e da liberdade, tratava-se de atuar sobre hábitos e costumes, modelar a mentalidade do indivíduo moderno.

Pensar a educação, nesse contexto, é pensar sobre o que se espera de um indivíduo bem educado, um *honnête homme*, com boas maneiras, apto para conviver agradavelmente com os

outros em sociedade. Por que, então, essa obra de Rousseau foi condenada? Apesar de ter sido condenada, ela perdura. Qual é sua importância histórica? De que modo essa obra contribui para a pedagogia?

A obra *Emílio* é um *modificador de paradigma* na educação.

Porque inventa o conceito de infância, projeta luz sobre o desenvolvimento do corpo, da sexualidade, dos sentimentos e ideias antes da fase adulta. Causa impacto esta invenção de Rousseau, e Thomaz Kawauche traz imagens de época de fetos dentro do útero, sendo representados como adultos, tal é o resultado de suas investigações em obstetrícia.

Há muitas outras ideias interessantes nesse livro.

1. Para evitar as perversões de uma razão sem princípios é preciso seguir a ordem natural de desenvolvimento e aguardar o surgimento das paixões sexuais. Aqui está o segundo nascimento do homem, que nasce uma vez para viver, nasce outra vez, na adolescência, para o sexo.

2. Emílio é educado para seguir a ordem da natureza e as regras de civilidade sem, entretanto, compartilhar de todos os valores da sociedade moderna, ao menos, não sem antes operar uma reflexão crítica. O ideal iluminista está presente também.

3. Para Rousseau a boa educação moral requer um corpo robusto, que auxilia na limitação dos poderes da imaginação e facilita o controle dos desejos.

4. A criança nasce com saúde, é a sociedade que lhe traz a doença. Por se valorizar excessivamente a razão, deixa-se de lado a educação do corpo. Rousseau relaciona os males do corpo aos males da alma. Faz uma espécie de educação medicinal. O educador deve conhecer a história natural das doenças físicas e morais do educando.

5. Relação entre a viagem de Emilio, as instituições políticas e o casamento.

Rousseau dirige a obra para as mães que pensam. O tema é a educação seguindo os preceitos da natureza. Mas o que significa isso? O que significa seguir a natureza em matéria de pensamento filosófico e de educação?

A mulher aparece pouco, é coadjuvante neste estudo. Mas seria interessante finalizarmos mencionando uma figura feminina importante no percurso do autor, a jovem Greta Thunberg. Assimilando-a à personagem Emílio de Rousseau, Kawauche evoca sua luta pela conservação do meio ambiente. Chama atenção o final de um texto seu em rede social:

Eu, como professor de filosofia, poderia estar pregando “marxismo cultural” ou criticando neonazistas de ocasião.

No entanto, estou aqui para dizer que Greta Thunberg é minha esperança para adiar o fim do mundo.

Espero com essas glosas ter contribuído, senão para melhorar nosso Brasil de hoje, ao menos para indicar uma ótima leitura que, seguramente, tem relevância na história da educação, da filosofia e das ciências.

Indigesta e saborosa história do Brasil

BAIÃO DE DOIS: SONS E SABORES DO BRASIL

Pedro de Lima

CONFRARIA DO VENTO, 2021, 352 p.

B*aião de dois: sons e sabores do Brasil* nos convida a um banquete que alimenta nossa fome de saber. O autor, Pedro de Lima, escreve como um exímio cozinheiro, temperando cada capítulo também com ilustrações: xilogravuras feitas por ele mesmo, que retratam os temas trabalhados no livro. Trata-se de uma receita original: doses de história, práticas alimentares e obras musicais. Assim, as navegações portuguesas que resultaram não no *descobrimento* – pois nada estava encoberto para quem já habitava aqui – mas na invasão e exploração dessas terras, promovem os primeiros encontros culinários: as galinhas, a farinha de trigo, as especiarias, vinhos e azeites, trazidos nas caravelas, combinam-se à mandioca e aos feijões cultivados pelos nativos de Pindorama. E, a partir do plantio de cana-de-açúcar, mais um ingrediente incrementa o conflito já instaurado na colônia: a escravidão. Negros africanos, indígenas e portugueses convivem, em posições desiguais, no mesmo território; então, a colonização se intensifica e inaugura novas iguarias brasileiras, como os doces feitos com amendoim e as cachaças. Servem-se, ainda, neste banquete, temas como a curiosa origem da feijoada, as moquecas, a carne seca, o vatapá, a tapioca, a bebida feita do guaraná, o pão de queijo com *cafezinho* e, claro, o baião-de-dois. São sabores criados juntamente aos dissabores de impactos sociais e ambientais da ocupação territorial, da violência de Estado, colonial, imperial e republicana. A acidez e a indigestão são inevitáveis, mas é num ritmo palatável que Pedro de Lima conta-nos histórias sobre o encontro de culinárias diversas e o amargo desencontro entre elas: o massacre dos povos nativos, a exploração degradante dos escravos, e a conseqüente formação da sociedade brasileira, forjada sobre as ruínas de sucessivos golpes políticos e de ciclos econômicos variados. Estes, podem ser contados sem lirismo algum: extrativismo, cana-de-açúcar, gado, algodão, borracha, mineração, cafeicultura, industrialização

– mas quando são evocados em canções e tradições alimentares expressam mais do que uma abstrata linearidade histórica. Pois, apesar dos pesares, tais encontros que formaram e fazem o Brasil, criam beleza através de ritmos próprios: samba, forró, bossa nova, tropicalismo, rock-nacional, músicas de protesto dos festivais, canções de folclore e festejos populares. E nesses ritmos, o velho provérbio se confirma: quem canta seus males espanta – e não faltam males assolando Pindorama, a antiga e edílica terra sem males, outrora celebrada pelas etnias nativas. Séculos de ocupação e desenvolvimento revelam que a criatividade artística é uma vocação da cultura brasileira. Nossas composições encantam, mas a ambiguidade presente em algumas canções não passa despercebida pelo autor: a cobiça masculina sobre os corpos de mulheres (sobretudo negras e indígenas), o racismo (racial e estrutural) disfarçado em piadas sem graça alguma, o ressentimento das elites em relação aos portugueses, são preconceitos reveladores. Ainda, *Baião de dois* não é (e nem se propõe a ser) uma obra estritamente acadêmica – e esta decisão estilística nos permite embarcar numa leitura leve e enriquecedora: basta seguir o roteiro traçado pelo autor e se deixar navegar. E se toda análise histórica é feita a partir de uma perspectiva situada na história, este pressuposto retrata bem o ponto de vista adotado por Pedro de Lima. Na introdução o autor situa a obra em termos de objetivos, temáticas e, indiretamente, indica a metodologia e os referenciais. Nos primeiros dez capítulos – de “Navegar é preciso” a “Cana de Engenho” – percorremos a colonização protagonizada por europeus nas Américas: as decisões d’além mar que definiram as raízes do Brasil. Do capítulo onze, “Quilombo dos Palmares”, ao quinze, “Oh Minas Gerais”, a Colônia se torna Império e, em seguida, proclama-se independente de Portugal – mas o que muda efetivamente se os alicerces profundos não se alteraram? A “Brava gente brasileira” (capítulo dezesseis) permanece regida por latifundiários, escravocratas, generais, grandes proprietários que, mesmo com a Proclamação da República, mantêm o povo excluído de usufruir das riquezas brasileiras. A eleição do “Presidente bossa nova” (capítulo vinte) parecia um anúncio de progresso e superação das forças retrógradas que freavam o país; porém, o sequestro da democracia, com a instalação da Ditadura Militar, obscurece, mais uma vez, o Sol de Pindorama. Anos de chumbo se seguem, mas não calam o grito sufocado: “Pra não dizer que não falei de flores”, “É proibido proibir” e “Vai passar”, três últimos capítulos, deixam um gosto de esperança, florescido ali no passado; por fim, *Dissonâncias e dissabores* nos propõe pensar o Brasil até 2019, quando este livro foi escrito por Pedro de Lima, e vislumbramos, no presente, um futuro impreciso e aberto, como num barco a navegar.

JOANA BRITO DE LIMA SILVA é pós-doutoranda no PPGFIL-UFJF

A revolução no Brasil tem um nome

Mil faces de um homem leal

FILME: CARLOS MARIGHELLA

Direção: Wagner Moura

Lançado no Brasil em 2021

Duração: 2h35

O filme dedicado a Carlos Marighella é um marco na luta contra o apagamento histórico de grandes líderes negros. A trama dirigida por Wagner Moura conta a história do baiano, escritor, marxista-leninista, ativista político e guerrilheiro Carlos Marighella. O cenário do filme se passa durante a ditadura militar que teve início no ano de 1964. Esse regime político retirou dos brasileiros vários direitos civis alcançados durante vários anos e garantidos pela Constituição Federal, tais como a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa, dentre outros. Ao longo da trama, pode-se perceber que o guerrilheiro não tem tempo para o medo, mesmo diante da opressão política autoritária e sua violência radicalizada. Na luta contra o regime militar, Carlos Marighella optou pela luta armada, pois não acreditava que se pudesse enfrentar a opressão política de forma pacífica.

Apesar do filme ter sido adiado algumas vezes, sua estreia finalmente aconteceu. A década de 60 foi um divisor de águas no que diz respeito às lutas por emancipação política. Na mesma época aconteceram vários movimentos emancipatórios ao redor do mundo, como, por exemplo, o movimento negro nos Estados Unidos e a revolução cubana. Já no Brasil, contra a ditadura que se implantou a partir de 1964, o patriota Carlos Marighella resistia bravamente, numa luta incansável, porém com um grupo muito pequeno de guerrilheiros, contra toda a máquina do exército nacional. Nos Estados Unidos, o movimento negro ganhava força, com vários líderes como Fred Hampton, Martin Luther King e Malcolm X, todos assassinados. Carlos Marighella, ao optar pela ação revolucionária violenta, decidiu-se pelo confronto direto com o regime da ditadura militar brasileira. A guerrilha, no Brasil, no entanto, após a morte de Marighella, não durou muito tempo. Dessa forma, atrevo-me a fazer uma alusão à ativista Angela Davis, que por muito tempo foi considerada a inimiga número 1 do FBI (Departamento Federal de Investigação), o que também aconteceu com o guerrilheiro

baiano, que durante o regime militar chegou a ser apontado como inimigo número 1 do Brasil e uma ameaça à ditadura.

No filme, no decorrer da trama, percebe-se um pouco do pensamento de Marighella. Ele acreditava que a revolução brasileira não poderia ser realizada de forma pacífica. Insatisfeito com a presente situação da época, assim como Malcolm X, o guerrilheiro questiona alguns líderes que, acompanhando o pensamento da burguesia, defendiam a ideia de uma luta pacífica, tal como Martin Luther King. De acordo com Marighella, a luta armada desempenharia um papel fundamental no processo de criação de uma reforma profunda brasileira. Somente desse modo o país conseguiria chegar ao ápice do socialismo e, pela via revolucionária, como dizia Che Guevara, poderíamos criar 1,2,3... vários Vietnãs. É importante mencionar que Marighella fazia parte da ALN (Ação Libertadora Nacional), um grupo revolucionário de cunho comunista que atuou contra o regime militar. Um dos métodos usados pela ALN era a guerrilha urbana.

Parabenizo todo o elenco desse filme incrível, em especial a atuação de Seu Jorge, interpretando Carlos Marighella e também a direção de Wagner Moura. No entanto, vejo que por mais que essa biografia cinematográfica de Marighella seja uma conquista importantíssima, na minha visão, algumas lacunas não foram preenchidas! Me refiro à essência do pensamento de Marighella! Certo, ele era contra a ditadura, isso está claro, mas quais eram as suas propostas políticas para além disso? O que fez o guerrilheiro a adotar essa ideologia de guerrilha urbana? Falo isso, porque o filme nos faz pensar que a ideia da luta armada, defendida por Carlos, surgiu do nada. O que não é verdade! Nota-se também que a ALN poderia ter sido mais explorada na trama, para que pudéssemos ter uma ideia de qual foi o seu peso na época. O grupo de Ação Libertadora Nacional possuía reconhecimento mundial? Sua potência revolucionária contribuiu para a consolidação da causa socialista? Vale ressaltar, que a biografia dedicada ao guerrilheiro baiano é sinônimo de resistência e reparação histórica, visto que por muito tempo Carlos Marighella foi esquecido e marginalizado. Poucos o conhecem. No entanto, por intermédio do filme, podemos agora saber que a “Revolução no Brasil tem um nome”!!!

LUDMILA TAVARES é acadêmica de direito da Faculdade Católica de Anápolis

Um mergulho na realidade escondida por trás das “verdades” que repetimos

TRAVESSIA: DE BANQUEIRO A COMPANHEIRO

Eduardo Moreira

Editora Civilização Brasileira, 2021, 144 p.

A jornada contida nessa travessia não se define ou se inicia num desenho bem calculado de roteiro, ou numa pesquisa com objetivos claros e delimitados, mas nos anseios de um espírito inquieto, ávido pelo conhecimento de si mesmo e de experiências reais de um universo recém-descoberto. Homenageado pela Rainha Elizabeth II, eleito um dos três melhores economistas do Brasil, melhor aluno do Curso de Economia nos últimos 15 anos pela Universidade da Califórnia, sócio-fundador da gestora de recursos Plural Capital e ex-sócio do Banco Pactual, o ser do meio financeiro empreende em peregrinação edificada por valores humanos de concepção simples sólida no propósito e virtuosa na intenção. Intensa pela própria natureza a travessia torna-se ao leitor material instigante, envolvente e provocativo, de conteúdo denso e extremamente elucidativo àqueles menos atentos à ordem social instituída no Brasil.

Leonardo Boff é assertivo em todo o seu prefácio, primordialmente ao enfatizar a generosidade do autor, que entre outros adjetivos se mostra um visionário, ao resgatar o significado de empreendedorismo, termo soterrado pelo modismo falacioso e superficial de um discurso fraudulento. Uma leitura mais crítica pode sinalizar uma escrita extremamente pragmática e objetiva, fato que facilmente se justifica, dada a urgência embarcada na mensagem que vibra nas narrações do autor.

Entre colocações pertinentes e condizentes com os preconceitos e estigmas enraizados na expressão mais pura da opinião pública brasileira, o autor inicia o livro reforçando o espírito questionador e inquieto ao descrever o processo de autodesenvolvimento, e de como quebrou os próprios preconceitos, na busca por um propósito maior, um caminhar que revelou para ele o sentido da própria vida.

Imerso na práxis dos assentamentos e acampamentos do MST, quilombos, aldeias indígenas ou comunidades do sertão nordestino, o autor lida e testemunha episódios intensos de tirania, opressão, intolerância, injustiça e covardia extrema. Ainda assim, consegue extrair de tais episódios respostas que denotam nobreza e retidão dos mais castigados por esta violenta realidade. Ao longo da travessia, como todo insurgente, o autor passa de espectador a alvo dessa violenta realidade. No sexto capítulo, “do limão uma limonada”, o autor humildemente compartilha mais uma incrível experiência, onde o domínio emocional e a coragem são insumos de uma alquimia genial capaz de transformar o veneno mortal dos covardes em miraculosa panaceia. Protegida pelo anonimato das redes sociais, a milícia digital investe numa tentativa frustrada de desconstruir a figura do ativista empenhado em denunciar o genocídio praticado contra indígenas em Dourados-MS. Objeto de ameaças covardes e manobras ardis para desacreditá-lo perante a opinião pública, o autor responde com firmeza aos ataques e ameaças dirigidas a si, reverte o quadro de acusações e, na mesma ação, possibilita e organiza uma corrente solidária que resulta na arrecadação de mais de meio milhão de reais para o povo indígena de Dourados. Os poderosos meios de divulgação investidos inicialmente em incitar nos moradores de Dourados repulsa ao autor foram muito bem-sucedidos em distribuir informações distorcidas. Atingiram grande volume de pessoas, o que, em contraponto, ajudou na disseminação da verdade vivida pelos indígenas. Quando o autor trouxe luz à verdade, utilizando os mesmos canais de distribuição das calúnias para reforçar a denúncia do sofrimento imposto àquele povo, as crueldades e privações a que são submetidos ampliaram o engajamento na campanha de socorro ao povo indígena de Dourados, fazendo ultrapassar de forma assustadora a previsão inicial de arrecadação.

Parte da complexa mecânica do mercado financeiro é simplificada pelo autor no oitavo capítulo. Fazendo uso de exemplo didático e esclarecedor, traduz para a companheira do acampamento a realidade desconhecida por trás dos financiamentos de pequenos sonhos. Fica então exposta a trágica relação entre força produtiva e capital especulativo. A partir desse exercício surge o desenho de uma operação financeira improvável que reuniu profissionais experientes do mercado financeiro e representantes do MST. O objetivo dessa operação foi captar recursos com custo inferior ao praticado no mercado, para financiar a ampliação dos meios de produção num assentamento do MST no Rio Grande do Sul. Uma operação financeira com grande transparência, de propósitos primordialmente sociais, relegando assim aos rendimentos um lugar de consequência e não de objetivo primário. De partida é esperada pelos concorrentes que operam pelos meios tradicionais e órgãos reguladores alguma resistência no processo de regulamentação e viabilização dessa operação.

Cuidadosamente desenhada para estrear num mercado tradicionalmente predatório, a operação cujo objetivo é custear o MST colide diretamente com os interesses corporativos, porém a resistência anteriormente imaginada fomentou a criatividade e energia necessárias

para levar ao sucesso um projeto inédito, ambicioso, inovador e inevitável. Pelos mecanismos tradicionais, o investidor raramente conhece as iniciativas que seus recursos estão financiando, pois nesse caso o rendimento, prazo e risco da operação são colocados como fórmula única para a escolha do melhor investimento. Dar clareza ao propósito do investimento em relação ao objeto financiado, entre outros benefícios, garante ao investidor o direito à responsabilidade sobre aquilo que está financiando. Empresas frigoríficas recebendo recursos de investidor vegano, ou pacifista investido na fabricação de produtos bélicos, são exemplos caricatos, porém prováveis no modelo praticado pelo mercado financeiro tradicional. Transparência do negócio que se opera é indissociável da ética e reflete diretamente na sustentabilidade do mesmo. Integrar fatores sociais, ambientais e de governança é uma tendência que se constata por recortes da imprensa especializada, quando mostra o crescimento exponencial da busca por produtos ESG¹. O que enquadra o Finapop no padrão dos produtos financeiros sustentáveis.

Os caminhos tortuosos pelos quais o autor percorre em sua travessia escancaram a injustiça das mãos covardes que conduzem nosso país, terra singular em beleza e riquezas naturais. Revelam também a coragem e generosidade de seu povo mais humilde, sem deixar de provocar reflexões dolorosas e humilhantes nos leitores, espectadores perplexos de uma realidade perversa. Um soco no estômago, como frisa o autor. A dor que faz curvar, para o viajante foi propulsora do propósito de buscar por um mundo mais justo.

RICARDO JOSÉ DE ALMEIDA é pós-graduando do departamento de filosofia da USP

1. ESG é uma sigla em inglês que significa environmental, social and governance, e corresponde às práticas ambientais, sociais e de governança de uma organização. O termo foi cunhado em 2004 em uma publicação do Pacto Global em parceria com o Banco Mundial, chamada Who Cares Wins. Surgiu de uma provocação do secretário-geral da ONU Kofi Annan a 50 CEOs de grandes instituições financeiras, sobre como integrar fatores sociais, ambientais e de governança no mercado de capitais. Na mesma época, a UNEP-FI lançou o relatório Freshfield, que mostrava a importância da integração de fatores ESG para avaliação financeira. Já em 2006, do PRI (Princípios do Investimento Responsável), que hoje possui mais de 3 mil signatários, com ativos sob gestão que ultrapassam USD 100 trilhões – em 2019, o PRI cresceu em torno de 20%. (<https://www.pactoglobal.org.br/pg/esg>, consultado em 06/03/2022)